



APS

Administração
dos Portos de Sines
e do Algarve S.A.

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2015

Revisão de Julho de 2015



ÍNDICE

1.	NOTA INTRODUTÓRIA	3
2.	PRINCIPAIS VETORES DA ATIVIDADE A DESENVOLVER NO ANO DE 2015	4
3.	PREVISÕES DE MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA	7
4.	PLANO DE INVESTIMENTOS PLURIANUAL E COBERTURA FINANCEIRA.....	9
5.	PREVISÕES E CUMPRIMENTO DE ORIENTAÇÕES ECONÓMICO-FINANCEIRAS	12
6.	PRINCIPAIS RESULTADOS E INDICADORES PREVISIONAIS PARA 2015	18
	ANEXO 1. PLANO DE INVESTIMENTOS PLURIANUAL	20
	ANEXO 2. ORÇAMENTO DE GASTOS 2015	22
	ANEXO 3. ORÇAMENTO DE RENDIMENTOS	25
	ANEXO 4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS.....	26
	ANEXO 4.1. BALANÇO PREVISIONAL.....	27
	ANEXO 4.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL	28
	ANEXO 4.3. DEMONSTRAÇÃO PREVISIONAL DE FLUXOS DE CAIXA	29



1. NOTA INTRODUTÓRIA

O DL 44/2014, de 20 de março, veio atribuir à APS a jurisdição portuária dos portos comerciais de Faro e de Portimão, anteriormente atribuída ao IPTM, bem como o património, o pessoal e os recursos financeiros que lhe estavam afetos.

Para cumprimento desta determinação, foi realizado um processo de avaliação patrimonial envolvendo a identificação e valorização de todos os ativos tangíveis e intangíveis a incorporar no balanço da empresa, bem como a identificação de todas as responsabilidades para com terceiros relativas aos domínios de intervenção a integrar na APS e a identificação de todos os créditos concedidos, processo de avaliação que veio a ficar concluído no 1º trimestre de 2015 e que ficou refletido no fecho de contas de 31-12-2014.

Adicionalmente, considerou-se imprescindível realizar uma avaliação da rentabilidade financeira do negócio relativo aos Portos do Algarve que, em função dos seus resultados, permitisse o registo pelo justo valor dos bens patrimoniais a eles associados. A análise efetuada, que recorreu ao método dos fluxos de caixa previsionais descontados, concluiu que nas atuais condições de exploração destes portos o Valor em Uso dos mesmos é significativamente negativo. Considerou-se, assim, que, mantendo-se estas condições de exploração, o valor dos ativos fixos tangíveis associados aqueles portos não será recuperado pela empresa, aconselhando, desta forma, o registo de uma imparidade de igual valor.

A eventual alteração futura das condições de exploração e a consequente reavaliação da rentabilidade do negócio, como reflexo do investimento a efetuar ou por via de alterações operacionais ou de mercado, será avaliada anualmente.

Por outro lado, se bem que a produção de efeitos do mencionado DL nº 44/2014, de 20 de Março, tenha tido início no dia seguinte ao da sua publicação, na prática a efetiva capacidade de gestão da empresa sobre aqueles portos apenas se exerceu no momento da integração dos trabalhadores que vieram a integrar o quadro da empresa. Assim, por decisão do Conselho de Administração suportada na assinatura dos acordos tripartidos de cedência de interesse público com os trabalhadores integrados na empresa e com os seus antecessores na gestão dos portos comerciais do Algarve, bem como no despacho tutelar que reportou os efeitos destes acordos a 01-07-2014, foi também esta a data considerada para a integração patrimonial.

A consideração de todos estes factos veio, assim, condicionar o encerramento do exercício de 2014 e dificultar a elaboração dos instrumentos previsionais de gestão para 2015 que, de uma forma adequada, exprimissem a esperada evolução económico-financeira da empresa, principalmente ao nível do seu balanço mas também com impactos significativos ao nível dos resultados de exploração.



Por tais motivos, os elementos disponibilizados no final de 2014 na plataforma eletrónica SIRIEF revestiam um carácter muito provisório, situação que se pretende rever agora com a apresentação formal do Plano de Atividades e Orçamento para o exercício de 2015.

2. PRINCIPAIS VETORES DA ATIVIDADE A DESENVOLVER NO ANO DE 2015

O Porto de Sines vem consolidando uma posição importante no *shipping* mundial de contentores, através da existência de linhas diretas aos principais centros de produção e consumo do mundo, muitas delas fazendo recurso aos maiores navios atualmente em atividade.

Continua, assim, a ser fundamental assegurar que todos os passos serão dados no sentido de consolidar essa posição e de permitir uma menor exposição a fatores de maior ou menor excecionalidade. Um dos principais vetores de atuação para esse objetivo prende-se com a concretização da melhoria da ligação ferroviária à fronteira de Elvas/Badajoz, nomeadamente através da construção ou retificação da ligação à linha do Sul e da construção de uma nova linha Évora-Caia. Só desta forma poderá o porto consolidar o seu tráfego de *hinterland* com o alargamento do mesmo à Extremadura e à Comunidade de Madrid.

Será também fundamental assegurar a resposta às solicitações do mercado para a expansão do segmento de contentores. Nesse sentido, é de particular importância o memorando de entendimento assinado em Maio de 2014 com a PSA Sines, na presença de S. Exas. o Presidente da República de Singapura e o Primeiro-Ministro do Governo da República Portuguesa e a conclusão do Estudo de Impacto Ambiental para a expansão do Terminal XXI. As perspetivas de evolução decorrentes tiveram tradução já em 2015 com o lançamento da Fase 2+ deste terminal, correspondente à construção de mais 120 metros de cais e à instalação de mais um pórtico de cais, o que permitirá que a capacidade máxima anual do terminal aumente para cerca de 2,5 milhões de TEU.

O crescimento do negócio portuário em Sines será assim determinado pela conjugação entre a oferta portuária e a oferta em termos de acessibilidades ferroviárias. A integração completa destes dois meios de transporte, seja ao nível dos interfaces físicos na área portuária seja ao nível do desenvolvimento do conceito, já de si integrador, da Janela Única Logística será um elemento chave para a competitividade do porto e para o crescimento do negócio. Enquadra-se nesse âmbito, a participação da empresa no projeto Logistic Single Window que tem como objetivo realizar um estudo exaustivo dos fluxos de informação nas cadeias de transporte de mercadorias, através dos portos portugueses do corredor atlântico e das conexões ao transporte terrestre, com grande peso na intermodalidade marítimo/ferroviária e na ligação aos portos secos no *hinterland*. Este projeto deverá resultar num Master Plan nacional, testado através de projetos-piloto com atores no terreno, com vista à definição de uma solução global de gestão da informação em suporte eletrónico de toda a cadeia de transporte.



Noutros domínios, deverá mencionar-se a expansão, já nesta década, do Terminal de Gás Natural elevando a sua capacidade para servir o mercado nacional e de se posicionar como potencial porta de entrada para outros mercados em função da evolução das políticas europeias de abastecimento energético como resposta aos desafios geopolíticos que a atualidade parece comportar, bem como para responder ao que parecem ser as mais recentes tendências ao nível do abastecimento de bancas a navios.

Igualmente será de referir o previsível crescimento continuado a médio prazo da movimentação do Terminal de Granéis Líquidos, quer ao nível do abastecimento energético nacional quer no apoio à exportação de produtos refinados com importante peso na balança comercial do país.

As expetativas de evolução da importação de carvão face ao modelo de desenvolvimento previsto para as centrais termoelétricas em atividade que utilizam esta matéria-prima deverá ser um dos fatores a condicionar as negociações relacionadas com futura concessão do Terminal Multipurpose, na sequência do final da atual concessão em 2017.

Continuará a ser fundamental uma nova visão integrada e económica do Porto de Sines sustentada numa boa compreensão das atuais dinâmicas de evolução do mundo da logística em geral e do shipping em particular, bem como na articulação ao nível do ordenamento portuário e da gestão do território, na intermodalidade, na gestão dos recursos disponíveis e na ligação com as instituições da administração central e local e com os agentes económicos e sociais do sector.

O alargamento do âmbito de gestão da empresa aos portos de Portimão e de Faro será no curto prazo um dos maiores desafios, quer pela abertura a novas valências, como o turismo de cruzeiros, e a novas regiões, quer pelas necessidades adicionais de investimento ainda em estudo mas que certamente aconselharão o reforço dos capitais próprios, através da retenção na empresa de grande parte dos resultados gerados pela exploração, e a criação de condições para um efetivo apoio ao nível dos financiamentos comunitários no período de programação 2014-2020.

Foram já identificados um conjunto de investimentos com maior urgência de execução, imprescindíveis ao aumento das condições de operacionalidade e de segurança nos mesmos e que serão apoiados em 2015 pelos fundos comunitários de gestão regional.

Neste conjunto de investimentos considerados prioritários, materializam-se intervenções nos portos de Faro e de Portimão aos seguintes níveis:

- Desenvolvimento da info-estrutura tecnológica, integrando um conjunto de investimentos que têm como objetivo a integração dos sistemas de vigilância e de controlo de acessos destes portos com os sistemas implementados na APS;
- Segurança e proteção ambiental, integrando um conjunto de investimentos no sentido de dar resposta em termos de proteção ambiental e de segurança.



Especificamente para Faro, destaca-se igualmente o Ordenamento e requalificação da área de jurisdição, com o objetivo de proceder à substituição do pavimento da zona da frente de cais e regularização e vedação da zona portuária. Já no caso de Portimão, o investimento objeto de candidatura a financiamento comunitário inclui o ordenamento e requalificação da área de jurisdição, com o objetivo de requalificar o cais flutuante “Bartolomeu dias” e melhorar as condições de acesso a terra do cais Ro-Ro;

Estas intervenções com carácter de urgência nos portos do Algarve são apenas uma parte do Plano de Investimentos da empresa que é elaborado numa lógica de programação trienal, revista anualmente, e que constitui igualmente um vector significativo da atividade da empresa em cada exercício económico.

A elaboração deste Plano, apresentado e detalhado no ponto 4 deste documento, tem por base, para além das orientações emanadas pelas tutelas acionista e sectorial ou da sujeição a instrumentos de planeamento de nível superior, como é o caso do PETI 3+, uma estratégia assente em vectores de ordem económica, social e ambiental.

Assim, para a sua definição, foram tomados em conta os seguintes critérios:

- Económicos – os investimentos considerados, entre os quais os previstos no PETI 3+, têm como objetivo o incremento do valor acrescentado pela atividade dos portos incluídos na jurisdição da empresa, sobretudo através da melhoria das suas condições operacionais de exploração. Outros investimentos, com características de expansão da capacidade instalada, encontram-se ainda em fase de avaliação da sua rentabilidade económico-financeira, em função da qual será decidida a sua implementação e o seu efetivo dimensionamento face à procura prevista. Neste critério foi ainda considerada a capacidade da empresa assegurar o financiamento dos investimentos inscritos no Plano, seja através do recurso a subsídios comunitários a fundo perdido, seja através dos capitais próprios atuais e dos que serão gerados pela atividade, neste caso sem prejuízo da manutenção do seu equilíbrio económico-financeiro;
- Sociais – com o incremento do valor acrescentado nos portos sob jurisdição, os investimentos inscritos no Plano contribuem significativamente para o desenvolvimento da região onde se inserem. Os seus efeitos ultrapassam claramente as fronteiras da empresa, estendendo-se a todos os *stakeholders* de alguma forma relacionados com cada comunidade portuária, sendo, dessa forma, um motor da atividade económica, do mercado de trabalho e do incremento do bem-estar social das regiões onde se inserem. No caso do Porto de Sines, como maior porto português, tais efeitos têm mesmo uma dimensão nacional;
- Ambientais – todos os investimentos inscritos no Plano respeitam escrupulosamente as normas ambientais aplicáveis quer na sua fase de projeto e de construção quer na sua fase de exploração. Acresce que parte significativa dos investimentos programados se destina ao incremento ou manutenção das condições de segurança (na sua componente *safety*) de uma atividade que pelas suas características pode sempre envolver alguns



riscos ambientais, particularmente no caso da operação em Sines de matérias perigosas, como é o caso das matérias-primas e dos produtos ligados ao sector petrolífero, petroquímico ou energético de uma forma geral. Neste critério enquadram-se também os investimentos de recuperação ambiental e paisagística de áreas com intervenções motivadas pelo desenvolvimento portuário, como é o caso da pedreira de Sines.

Por último, em termos da atividade a desenvolver em 2015, tendo presente a consideração de todos os factores mencionados neste ponto aliada ao facto do anterior Plano Estratégico se encontrar esgotado em termos temporais e cumprido no essencial em termos de execução, levou a empresa a desencadear em 2014 os procedimentos administrativos relativos ao concurso público para a elaboração do seu novo Plano Estratégico, bem como de cada um dos portos sob a sua administração, o qual foi adjudicado já no início de 2015 e estará concluído durante o terceiro trimestre do ano.

3. PREVISÕES DE MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA

A previsão de movimentação de mercadorias no Porto de Sines para o ano de 2015 ascende a 41,6 milhões de toneladas, significando um acréscimo de 10,7% face à atividade de 2014 e a manutenção dos elevados níveis de crescimento registados nos últimos anos.

Para tal, contribuirá não só o continuado crescimento do negócio dos contentores, onde o Terminal XXI deverá registar um aumento de 14%, mas igualmente a retoma da movimentação de granéis líquidos que deverão crescer também a dois dígitos, depois de um ano de 2014 marcado por um algum decréscimo de movimentação como resultado da paragem para manutenção da Refinaria de Sines.

Os granéis sólidos serão a única tipologia de carga onde não está previsto um crescimento para 2015, devendo registar um nível de movimentação muito próximo do verificado no ano anterior. Nestes granéis, o carvão tem um peso muito expressivo, nomeadamente o carvão para abastecimento das centrais termoelétricas, cuja importação efetiva é sempre muito influenciada pelas condições meteorológicas e pelo consequente grau de utilização destas centrais face a outros meios de produção de energia elétrica, para além de dependente das condições de mercado.

A movimentação de navios no Porto de Sines crescerá, cerca de 10%, em linha com o acréscimo de movimentação de cargas.

Para o Porto de Faro, que trabalha num nível próximo do seu atual limite de capacidade e cuja atividade corresponde essencialmente à exportação de cimento produzido na unidade industrial de Loulé e de alguns produtos agrícolas, com destaque para a alfarroba, as previsões apontam para um ligeiro decréscimo da atividade quer ao nível das mercadorias (-4,6%) quer dos navios (-7,6%). Estas previsões são diretamente suportadas nas indicações dos agentes económicos que utilizam o porto e refletem, assim, a expectativa de menor exportação por parte dos mesmos no ano em questão.

O Porto de Portimão centra a sua atividade portuária atual exclusivamente no segmento do turismo de cruzeiros, prevendo-se um acréscimo significativo do número de escalas face ao ano anterior (8,7%) e um crescimento algo superior no número de passageiros associados às mesmas (quase 20%), o que significa que o porto será procurado por navios de maior dimensão. No caso dos cruzeiros a previsão das escalas reflete a oferta dos diversos operadores para cada temporada, sendo por isso possível elaborar essa previsão com bastante antecedência e rigor já que só circunstâncias anormais levarão ao cancelamento de escalas programadas ou ao aparecimento de escalas não previstas. Para o aumento previsto para 2015 contribuirá já a percepção dos operadores de que no decorrer do ano seriam eliminadas as principais condicionantes físicas que anteriormente prejudicavam a qualidade do serviço prestado.

A previsão de tráfegos elaborada com base essencialmente nas informações dos agentes económicos que operam nos portos é a seguinte:

- mil. toneladas -

<i>A. Movimentação de Mercadorias - Porto de Sines</i>	<i>Tipo Produto</i>	<i>2014 (realizado)</i>	<i>2015 (previsão)</i>	<i>Var %</i>
Granéis Líquidos		18.077	19.992	10,6
	Ramas	7.349	8.758	19,2
	Refinados	7.878	8.540	8,4
	GPL	724	459	-36,7
	GNL	1.432	1.785	24,7
	Olefinas	379	311	-17,9
	Outros granéis líquidos	315	139	-56,0
Granéis Sólidos		4.895	4.867	-0,6
	Carvão	4.755	4.674	-1,7
	Cereais	3	2	-20,0
	Minerais	26	20	-23,1
	Outros granéis sólidos	111	171	54,1
Carga Geral		14.611	16.752	14,7
	Fracionada	137	114	-16,8
	Ro-Ro	0	0	-
	Contentorizada	14.474	16.638	15,0
TOTAL PORTO DE SINES		37.583	41.611	10,7
Nº TEU (milhares)		1.228	1.400	14,0
Nº NAVIOS (unidades)		2.003	2.204	10,0
<i>B. Movimentação de Mercadorias - Porto de Faro</i>		<i>2014 (realizado)</i>	<i>2015 (previsão)</i>	<i>Var %</i>
Cais comercial de Faro		367	350	-4,6
TOTAL PORTO DE FARO		367	350	-4,6
Nº NAVIOS (unidades)		79	73	-7,6
<i>C. Movimento de Passageiros - Porto de Portimão</i>		<i>2014 (realizado)</i>	<i>2015 (previsão)</i>	<i>Var %</i>
Cais comercial de Portimão		14.634	17.500	19,6
TOTAL PORTO DE PORTIMÃO		14.634	17.500	19,6
Nº NAVIOS (unidades)		46	50	8,7



4. PLANO DE INVESTIMENTOS PLURIANUAL E COBERTURA FINANCEIRA

Enquadrando-se na estratégia descrita no ponto 2 deste documento, o investimento programado da APS para 2015 ascende a 22,9 milhões de euros, conforme Plano de Investimentos apresentado no Anexo 1.

Investimentos incluídos no PETI 3+

Os investimentos da responsabilidade da APS incluídos no PETI 3+ abrangiam:

- Porto de Sines – Expansão do Terminal de Contentores (Terminal XXI) e ampliação das infraestruturas de proteção marítima, com um valor de investimento público de 45 milhões de euros a realizar entre 2014 e 2015;
- Portos do Algarve – Melhoria das condições de acesso marítimo e das instalações de passageiros e de carga (Portimão e Faro), com um investimento de 10 milhões de euros a realizar entre 2014 e 2016.

Já depois da publicação do PETI 3+, e na sequência das conversações que vinham decorrendo com o Governo português, a concessionária do Terminal XXI decidiu suspender temporariamente a decisão sobre o investimento previsto para a Fase 3 de desenvolvimento deste terminal, que envolvia um valor de investimento privado de 94 milhões de euros, comprometendo-se, em alternativa, a avançar ainda em 2015 com um projeto mais conservador denominado Fase 2+. Em consequência, o investimento público a realizar diminuiu consideravelmente já que, até a um eventual retomar do investimento da Fase 3 do terminal, não será necessária a nova ampliação do Molhe Leste, restringindo-se o investimento público a realizar à regularização dos fundos marítimos junto ao terminal com um valor previsto de 10 milhões de euros.

No que respeita aos portos do Algarve, são considerados para o período 2015-2017, investimentos no montante de 9 milhões de euros. Para os anos seguintes incluem-se 4,3 milhões de euros. No entanto, a maioria dos investimentos a efetuar que se relacionam com o desenvolvimento do negócio de movimentação de mercadorias e do turismo de cruzeiros, em contraponto com os que se impõem pela sua importância na reposição e melhoramento das condições operacionais e de segurança e que serão realizados já em 2015, terão de ser confirmados, quer no seu valor quer na sua viabilidade técnica e económico-financeira, pelos estudos técnicos, de mercado e de avaliação custo/benefício a realizar.

Principais Investimentos a realizar em 2015

- **Regularização de fundos na bacia de manobra e de acesso ao Terminal XXI – 12 M€**
Incluído no PETI 3+, este é um projeto imprescindível para garantir boas condições de operacionalidade a este terminal, tendo presente, nomeadamente, o continuado acréscimo de tráfego que se vem registando e aquele que é potenciado pela Fase 2+ de desenvolvimento do mesmo, já contratualizada pela respetiva concessionária. É igualmente um projeto imprescindível para garantir as condições necessárias à futura



expansão da atividade de movimentação de carga contentorizada, através de novas fases de expansão do atual terminal ou da construção de um novo terminal;

- **Intervenções destinadas à melhoria das condições de operacionalidade e de segurança dos Portos do Algarve – 2,6 M€**

Na sequência da integração dos portos do Algarve no âmbito de gestão da APS foi identificado um conjunto de investimentos da maior prioridade, incluídos no PETI 3+, face à necessidade de repor as condições de operacionalidade e de segurança necessárias ao funcionamento destes portos, as quais se encontravam profundamente degradadas face à prolongada ausência de investimento que os mesmos registavam. Enquadram-se nestes investimentos, intervenções ao nível das infraestruturas marítimas (cais e rampas de acesso) e terrestres (edifícios, terraplenos e vedações), bem como ao nível da extensão aos portos do Algarve dos sistemas eletrónicos de despacho de navios e mercadorias existentes em Sines. Estes investimentos são cofinanciados por verbas FEDER do Programa Operacional Algarve XXI.

- **Outros investimentos**

Nos restantes investimentos, de destacar o peso do investimento em equipamento básico, abrangendo intervenções no âmbito da eficiência energética e do aproveitamento das energias renováveis, a continuação da aposta nas tecnologias e sistemas de informação e comunicação, fator distintivo do Porto de Sines que se pretende extensível a toda a comunidade portuária e cadeia logística onde se insere, e ainda o investimento em sistemas de prevenção e combate a acidentes, área de intervenção que pelas características da atividade exercida terá de ter sempre um papel relevante no Plano de Investimentos.

Ao nível dos edifícios e outras construções, deve destacar-se a conclusão em 2015 do novo Pavilhão Logístico da ZAL Sines, englobado na rubrica “Ampliação/Melhoramento de Infraestruturas Terrestres e Edifícios”

O financiamento deste investimento será assegurado primordialmente por autofinanciamento. Para além do financiamento do Programa Operacional Algarve XXI, antes mencionado, a empresa procurará encontrar financiamento a fundo perdido para o projeto “Regularização de Fundos na Bacia do Terminal XXI”, seja com recurso ao mecanismo CEF-Connecting Europe Facility da Comissão Europeia seja com recurso a programas de gestão nacional no quadro do “Portugal 2020”. No entanto, não estando este financiamento garantido, a estrutura de financiamento prevista neste documento é a seguinte:

- Autofinanciamento – 20,3 M€ (88,6%);
- Subsídios FEDER (PO Algarve XXI e outros) – 2,6 M€ (11,4%).

Plano de Investimentos Plurianual 2015-2017



O Plano de Investimentos Plurianual, também incluído no Anexo 1, totaliza 46,2 M€ para o período 2015-2017. Para além dos 22,9 M€ respeitantes a 2015, incorpora valores muito aproximados para 2016 e 2017 (11,6 e 11,7 M€, respetivamente). Sendo valores importantes estão, no entanto, cobertos pela capacidade de geração de fundos da empresa e não se afastam significativamente da média anual de investimento da mesma.

Deverá referir-se, contudo, um conjunto de fatores que poderão determinar uma evolução distinta para os investimentos a realizar e que aconselham a revisão anual deste plano:

- A maioria dos investimentos identificados para o Porto de Sines nos anos de 2016 e 2017, sendo da maior relevância para o desenvolvimento do negócio portuário e para a competitividade e segurança do porto não apresentam um grau elevado de urgência de execução, pelo que poderão ser reprogramados em função do aparecimento de necessidades de intervenção mais urgentes ou ajustados em função da capacidade de geração de fundos da empresa e da determinação dos calendários mais ajustados ao assegurar de fontes alternativas de financiamento. Nestas fontes alternativas de financiamento será dado especial destaque aos financiamentos a fundo perdido, relativamente aos quais ainda não é totalmente conhecida a efetiva capacidade de acesso aos mesmos, sejam eles de gestão nacional ou comunitária;
- Para além da regularização dos fundos do Terminal XXI, este plano não contempla quaisquer outros investimentos em infraestruturas necessárias ao desenvolvimento da capacidade de movimentação de contentores, nomeadamente a 3ª fase de ampliação do Molhe Leste, incluída no PETI 3+. Face à redefinição dos planos de desenvolvimento deste Terminal, o investimento em questão, que agora se estima num valor aproximado de 70 M€, não se insere no período temporal abrangido;
- Relativamente aos portos do Algarve, o investimento total considerado para o triénio alcança cerca de 8,6 M€, dos quais 6,8 M€ relativos a projetos incluídos no PETI 3+, sendo que os restantes 3,2 M€ que perfazem o valor inscrito no plano estratégico sectorial transitam para anos seguintes. No entanto, para além dos investimentos englobados na candidatura ao PO Algarve XXI, a realizar totalmente em 2015, a maioria dos investimentos a efetuar que se relacionam com o desenvolvimento do negócio de movimentação de mercadorias e do turismo de cruzeiros terão de ser confirmados, quer no seu valor quer na sua viabilidade técnica e económico-financeira, pelos estudos técnicos, de mercado e de avaliação custo/benefício a realizar.

Por último, deverá referir-se que todos os investimentos apresentados no Plano de Investimentos Plurianual correspondem a novos investimentos sem execução em anos anteriores. Ressalva-se, no entanto, a existência de algumas rubricas que mais do que a um projeto de investimento concreto correspondem a uma natureza de investimentos que se repetem anualmente com recurso a pequenas intervenções, nomeadamente:

- Recuperação Paisagística da Pedreira;

- Ordenamento da Área de Jurisdição;
- Ampliação/Melhoramento de infraestruturas terrestres e edifícios
- Outros - edifícios e outras construções
- Outros – equipamento básico
- Equipamento de transporte
- Equipamento administrativo
- Manutenção e conservação plurianual

5. PREVISÕES E CUMPRIMENTO DE ORIENTAÇÕES ECONÓMICO-FINANCEIRAS

Em anexo incluem-se os orçamentos de exploração (Anexo 2 – Orçamento de Gastos e Anexo 3 – Orçamento de Rendimentos) para o ano de 2015.

Para além de traduzirem a expressão financeira resultante do nível de atividade da empresa apresentado no ponto anterior, para a elaboração dos orçamentos foi considerado um conjunto de orientações emanadas pelo acionista que são seguidamente objeto de explicação detalhada.

5.1 Pressupostos macroeconómicos de referência

As orientações do Anexo ao ofício 011157, de 02-12/2014, da DGTF, relativo às instruções para a elaboração dos IPG's 2015 definem o seguinte cenário macroeconómico:

<i>Indicadores</i>	<i>2014</i>	<i>2015</i>
Taxa de inflação	0,0%	0,7%
Taxa de variação do PIB	1,0%	1,5%
Consumo Privado	1,8%	2,0%
Consumo Público	-0,6%	-0,5%
Exportações	3,7%	4,7%
Importações	4,7%	4,4%

Na elaboração deste PAO 2015 foram genericamente considerados estes pressupostos. Deve, no entanto, ter-se presente que a atividade portuária é determinada quase exclusivamente pela procura dirigida aos operadores privados, nomeadamente as concessionárias dos terminais. É sobre estas expectativas de procura de serviços portuários, que serão influenciadas certamente pela evolução do PIB ou das exportações e importações mas que têm igualmente em conta outras questões de natureza operacional e comercial, que são calculados os fluxos financeiros provenientes da aplicação das taxas portuárias ou da componente variável dos proveitos ligados às concessões.

Acresce que o Regulamento de Tarifas da APS, SA, tal como o das restantes autoridades portuárias, é anualmente aprovado pelo organismo regulador e coordenador do sector e que para 2015, em resposta às orientações governamentais para a redução do custo da



fatura portuária, veio a ser aprovada a não atualização das tarifas tal como já vinha acontecendo em anos anteriores. Por outro lado, parte importante das receitas da autoridade portuária assenta em contratos de concessão que definem expressamente a forma de atualização das respetivas contrapartidas financeiras.

Tendo também presente a legislação em vigor sobre a atualização dos custos com pessoal, conclui-se, assim, que apenas para a determinação dos preços relativos aos consumos intermédios e do custo dos investimentos se poderão considerar os pressupostos acima definidos.

5.2 Plano de Redução de Custos Operacionais

Sendo a APS uma empresa com um EBITDA largamente positivo, o Orçamento para 2015 teria como condição o assegurar da diminuição do peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios, depois das expressivas reduções obtidas nos anos anteriores.

No entanto, a incorporação dos portos do Algarve, mais do que penalizar a evolução da estrutura de custos da empresa, e consequentemente do seu peso no volume de negócios, veio alterar o quadro de funcionamento da mesma e, de certa forma, inviabilizar a comparação com exercícios anteriores, mesmo relativamente ao exercício de 2014 ano em que o efeito dessa incorporação apenas se fez sentir num semestre em termos de conta de exploração. Acresce que o necessário tempo para conhecimento e identificação das necessidades mais urgentes de intervenção, nomeadamente ao nível da conservação/reparação de bens e equipamentos, empurrou boa parte das intervenções necessárias, e dos correspondentes custos, para o(s) exercício(s) seguintes.

A alteração do quadro de funcionamento da empresa tem a ver não só com a absorção de uma estrutura de custos bem mais penalizadora da rentabilidade e da eficiência em termos financeiros mas igualmente com o facto da sua atividade se passar a desenrolar em três estabelecimentos diferentes com o consequente acréscimo de custos de deslocação e de comunicação.

Será ainda de considerar que se, por um lado, a incorporação numa empresa como a APS permitirá alguma racionalização nos custos unitários dos consumos dos portos do Algarve, pela integração dos mesmos em contratações de maior volume e pela maior capacidade de negociação pela parte contratante, não existirão, por outro lado e face à diferença de dimensão entre Sines e os portos do Algarve, economias de escala para a empresa. Por outras palavras, consumos ou serviços como eletricidade ou vigilância, entre outros, nada beneficiarão em termos de economias de escala pelo facto de poderem ser contratados conjuntamente, antes crescendo mais do que proporcionalmente ao acréscimo de atividade por força da mesma se repartir por três estabelecimentos diferentes.

Estas são as principais razões para o acréscimo dos FSE, ilustrado no quadro relativo ao Plano de Redução de Custos que se apresenta no final deste ponto. Já o crescimento dos CMVMC (essencialmente eletricidade para revenda aos concessionários do Porto de



Sines) decorre exclusivamente do aumento da atividade e das condições de mercado, estando devidamente repercutido no aumento da rubrica de Vendas.

Observa-se no mesmo quadro o crescimento significativo das deslocações e estadas, originado pelos motivos já expostos mas influenciado igualmente pelo desenvolvimento da atividade da empresa, nomeadamente ao nível dos contentores e da nova valência do turismo de cruzeiros, que requerem uma crescente presença em eventos nacionais e internacionais de importância fundamental nestes tipos de negócios. Em consequência, as ajudas de custo apresentam também um crescimento previsional moderado.

Já as comunicações crescem por motivos análogos aos anteriormente referidos mas também porque, tal como vem sendo repetidamente referido pela empresa em todos os reportes, fazem parte intrínseca do modelo de negócio seguido, com a aposta no despacho eletrónico de navios e mercadorias e a integração numa cadeia logística *paperless*, refletindo assim o aumento de atividade previsto.

Os gastos com pessoal traduzem o facto de 2015 ser o primeiro exercício completo abrangendo a gestão dos portos do Algarve. Com o alargamento da gestão a estes portos integraram a APS, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2014, 36 novos trabalhadores ao abrigo de acordos de cedência de interesse público. No final do exercício de 2014, o efetivo da APS ascendia a 184 trabalhadores, mais 26 do que no final do ano anterior, tendo sido considerada para 2015 a manutenção desse número.

Foram mantidas para 2015 as disposições decorrentes do despacho de 05/06/2013 do Secretário de Estado da Administração Pública determinando que “O disposto no artº 27º da LOE2013 não se aplica aos trabalhadores das administrações portuárias, em razão da regulamentação internacional específica – e das condicionantes materiais relevantes do trabalho nas administrações portuárias – segundo a qual a aplicação daquele artigo resultaria num decréscimo de receitas, nos termos do artigo 27º, nº 13, da LOE2013”

No que se refere ao parque viaturas da empresa, a incorporação dos portos do Algarve aumentou em sete unidades o número de viaturas. Assim, no final do ano de 2014 a frota automóvel da APS ascendia a 63 viaturas, número que se prevê manter para 2015 embora com uma racionalização de custos que permitirá um decréscimo de 5,1 % face ao anterior.

Frota Automóvel	2015	2014	2013	Var 2015/2014		Var 2015/2013	
	Previsão	Execução		Valor	%	Valor	%
Gastos com a frota automóvel	375.000	394.952	361.439	19.952	-5,1	13.561	3,8
Número de veículos	63	63	60	0	0,0	3	5,0

Apresenta-se seguidamente o quadro relativo ao Plano de Redução de Custos Operacionais:

PRC	2015	2014	2013	2012	2011	2010	Var 2015/2010		Var 2014/2010		Var 2015/2013	
	Previsão			Execução			Valor	%	Valor	%	Valor	%
CMVMC	2.130.000	1.864.003	1.831.591	1.238.628	1.172.189	34.693	2.095.307	6039,5%	1.829.310	5272,8%	298.409	16,3%
FSE	5.161.500	4.275.397	3.610.961	3.703.117	3.323.112	4.846.109	315.391	6,5%	-570.712	-11,8%	1.550.539	42,9%
Deslocações/Estadas	75.000	42.967	27.348	29.961	14.533	46.075	28.925	62,8%	-3.108	-6,7%	47.652	174,2%
Ajudas de custo	12.000	10.499	9.429	9.796	9.813	16.700	-4.700	-28,1%	-6.200	-37,1%	2.571	27,3%
Comunicações	100.000	83.714	77.901	82.931	95.907	98.678	1.322	1,3%	-14.964	-15,2%	22.099	28,4%
Gastos com o pessoal s/Indemnizações	10.334.500	9.238.297	9.121.673	8.090.634	8.327.197	10.717.150	-382.650	-3,6%	-1.478.853	-13,8%	1.212.827	13,3%
TOTAL (1)	17.626.000	15.377.697	14.564.225	13.032.379	12.822.498	15.597.952	2.028.048	13,0%	-220.255	-1,4%	3.061.775	21,0%
Volume de Negócios (2)	42.320.000	40.847.956	37.785.511	32.600.288	30.897.127	30.809.262	11.510.738	37,4%	10.038.694	32,6%	4.534.489	12,0%
Subsídios e Indemnizações Compensatórias (3)	82.000	30.640	55.217	17.460	6.296	78.311	3.689	4,7%	-47.671	-60,9%	26.783	48,5%
Peso dos Gastos/Volume de Negócios (1)/(2)	41,6%	37,6%	38,5%	40,0%	41,5%	50,6%	-0,09	-17,7%	-0,13	-25,6%	0,03	8,1%

Nota: o valor incluído em (3) corresponde exclusivamente à contabilização como subsídios à exploração de participações comunitárias (Fundo Social Europeu) em ações de formação ou estágios.

5.3 Redução do número de efetivos e cargos de direção

O quadro seguinte apresenta a evolução prevista para os efetivos no período 2011-2015 e os respetivos gastos associados:

Designação	Execução 2011	Execução 2012	Execução 2013	Execução 2014	Previsão 2015	Variação 2015/2012	
						Valor	%
Gastos com pessoal (1) = (a)+(b)+(c)+(d)+(e)+(f)	8.601.872	8.257.010	9.121.673	9.238.297	10.334.500	2.077.490	25,2
(a) Gastos com Órgãos Sociais (1) + (2)	268.437	271.856	341.761	320.311	345.000	73.144	26,9
(1) Remunerações totais (conta 6311)	234.954	236.343	287.120	263.504	273.000	36.657	15,5%
(2) Restantes encargos (conta 6351+6371+638101)	33.483	35.513	54.640	56.807	72.000	36.487	102,7
(b) Gastos com Cargos de Direção (1) + (2) + (3)	783.033	702.165	820.471	788.570	746.186	44.021	6,3
(1) Vencim. base + Subs. Férias + Subs. Natal	477.495	403.385	474.407	434.868	417.559	14.174	3,5
(2) Outros Subsídios	125.264	124.540	125.330	114.792	113.186	-11.354	-9,1
(3) Restantes Encargos	180.274	174.240	220.734	238.910	215.441	41.201	23,6
(c) Remunerações do pessoal (1)+(2)	5.822.151	5.681.430	6.079.688	6.285.943	6.944.255	1.262.825	22,2
(1) Vencim. base + Subs. Férias + Subs. Natal	3.790.990	3.865.101	4.129.401	4.401.571	4.662.441	797.340	20,6
(2) Outros Subsídios	2.031.161	1.816.329	1.950.286	1.884.372	2.281.814	465.485	25,6
... impacto reduções remuneratórias OE2014	510.450	1.152.244	0	12.656	0	-1.152.244	-100,0
(d) Benefícios pós-emprego	2.521	7.693	24.956	48.617	15.000	7.307	95,0
(e) Restantes encargos (com o pessoal)	1.451.054	1.427.490	1.854.797	1.794.855	2.284.059	856.569	60,0
(f) Rescisões / Indemnizações	274.675	166.376	0	0	0	-166.376	-100,0
Designação	Execução 2011	Execução 2012	Execução 2013	Execução 2014	Previsão 2015	Variação 2015/2012	
						Valor	%
Nº Total RH (O.S. + C. Direção+ Trabalhadores)	176	172	158	184	184	12	7,0
Nº Órgãos Sociais (O.S.) (só considerando o CA)	3	3	3	3	3	0	0,0
Nº Cargos de Cargos de Direção sem O.S.	10	10	9	8	8	-2	-20,0
Nº Trabalhadores sem O.S. e sem C. Direção	163	159	146	173	173	14	8,8
Gastos com Dirigentes/Gastos com o Pessoal [(b)/((1)-(f))]	0,09	0,09	0,09	0,09	0,07	-	-22,2

Os gastos com pessoal traduzem o facto de 2015 ser o primeiro exercício completo abrangendo a gestão dos portos do Algarve. Com o alargamento da gestão a estes portos integraram a APS com efeitos a partir de 1 de Julho de 2014, 36 novos trabalhadores ao abrigo de acordos de cedência de interesse público. No final do exercício de 2014, o efetivo da APS ascendia a 184 trabalhadores, mais 26 do que no final do ano anterior, tendo sido considerada para 2015 a manutenção desse número.

Conforme se pode observar, a integração dos portos do Algarve não se traduziu no aumento dos quadros dirigentes, dado que foi opção manter uma estrutura orgânica centralizada, não duplicando nestes portos a estrutura previamente existente na empresa. Desta forma, foi possível manter em 2014 a progressiva diminuição do número de dirigentes da empresa, por



via exclusiva das aposentações e com a integração, na maioria dos casos, das respetivas funções noutras unidades orgânicas, prevendo-se para 2015 a manutenção deste número.

O rácio Gastos com Pessoal / Volume de Negócios ascenderá em 2015 a 24,4%, continuando a situar-se significativamente abaixo dos 30%, valor referenciado como limiar máximo indicativo de uma eficiente organização em termos de utilização de recursos humanos.

5.4 Orientações sobre remunerações

Na elaboração do orçamento de gastos com pessoal para 2015 foi tomado em consideração o disposto no OE 2015 e ainda o previsto no artigo 12º da Lei nº 12-A/2010 de 30-6 relativo à remuneração fixa mensal ilíquida dos membros do Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal, a qual foi reduzida em 5% com efeitos desde 2010-06-01. Foi também tomada em consideração a deliberação da Assembleia Geral da APS de 2011-05-22, relativa a “Declaração sobre Política de Remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da APS” de 2011-05-10 proposta pela Presidente da Comissão de Fixação de Remunerações da APS, que refere na alínea b) que “ (...) deverá ser adotada uma política assente na contenção acrescida de custos no que toca à remuneração dos órgãos de administração, designadamente, não havendo lugar, durante o período de execução do Programa de Estabilidade e Crescimento para 2010-2013, à atribuição de qualquer componente variável da remuneração”.

Foram mantidas para 2015 as disposições decorrentes do despacho de 05/06/2013 do Secretário de Estado da Administração Pública determinando que “O disposto no artº 27º da LOE2013 não se aplica aos trabalhadores das administrações portuárias, em razão da regulamentação internacional específica – e das condicionantes materiais relevantes do trabalho nas administrações portuárias – segundo a qual a aplicação daquele artigo resultaria num decréscimo de receitas, nos termos do artigo 27º, nº 13, da LOE2013”

5.5 Orientações sobre o endividamento

No final de 2014 a APS não tinha passivo bancário, a exemplo do que vem sucedendo desde meados de 2011. A APS tem aprovado pela entidade financiadora, mas ainda não contratualizado, um empréstimo de 15 milhões de euros ao abrigo do QREN – Empréstimo Quadro BEI complementar ao financiamento do Fundo de Coesão ao projeto POVT-11-0150-FCOES-000011 – “2ª Fase de Ampliação do Molhe Leste”. Por se enquadrar no QREN – Empréstimo Quadro BEI, recebeu já parecer favorável da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E. às suas condições de financiamento, nomeadamente no que se refere à taxa de juro contratual de 3,901%.

Em todo o caso, para o exercício de 2015 não foi considerada a utilização deste empréstimo. Tal como já foi comunicado em resposta a pedido de informação da entidade gestora do QREN - Empréstimo Quadro, a APS apenas contratualizará este empréstimo se vierem a existir decisões tutelares relativas ao projeto de desenvolvimento do Terminal XXI que recuperem a necessidade de nova ampliação do Molhe Leste, tal como previsto no PETI3+.

ou relativas ao desenvolvimento do segmento de cruzeiros marítimos no porto de Portimão que ultrapassem inclusivamente os valores inscritos naquele Plano. Tal não acontecerá antes de 2017 e, mesmo nesse caso, terão de ser avaliadas atempadamente as fontes alternativas de financiamento, nomeadamente as que revistam a forma de subsídios a fundo perdido e as condições que o mercado financeiro oferecerá. Face a esta informação a entidade gestora irá decidir pelo congelamento ou pelo encerramento do processo de financiamento.

Caso a opção futura seja pela contratação deste empréstimo, o mesmo não terá qualquer repercussão negativa sobre o equilíbrio económico-financeiro da empresa, face à inexistência atual de passivo bancário, ao seu valor e às condições de juro e de reembolso.

5.6 Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

O PMP registado no final de 2014 foi de 20 dias, considerando-se para 2015 a continuação da redução do mesmo indicador que se deverá fixar em 17 dias.

	2014 (realizado)	2015 (orçamento)
Prazo médio de pagamentos (dias)	20	17

No modelo de projeção orçamental utilizado foi considerado que os saldos de fornecedores correntes e de imobilizado no final de 2015 não deveriam crescer face aos verificados em 2014. A comparação entre os saldos previsionais daquelas rubricas e os valores previsionais de aquisições de consumos intermédios e de investimento no final de 2015, constantes das Demonstrações Financeiras Previsionais incluídas no Anexo 4, com os valores correspondentes registados no ano anterior, por um lado, e o PMP de 20 dias registado nesse ano, segundo a fórmula de cálculo prevista na RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, por outro lado, resulta numa projeção de 17 dias para o valor previsional de PMP no final de 2015, se utilizada a fórmula de cálculo da referida RCM.

Da mesma forma, não existiam no final de 2014 dívidas vencidas a mais de 90 dias, pelo que não é necessária a elaboração para 2015 de um plano de medidas específicas neste domínio.

6. PRINCIPAIS RESULTADOS E INDICADORES PREVISIONAIS PARA 2015

No quadro seguinte apresenta-se o resumo dos principais indicadores previsionais de atividade e económico-financeiros para 2015 e sua comparação com os valores realizados no ano anterior:

Indicador	Realizado 2014	Orçamento 2015	Var%
Movimento de Mercadorias (mil. tons.)	37.950	41.961	10,6%
Volume de Negócios (mil. euros)	40.848	42.320	3,6%
EBITDA	33.368	33.544	0,5%
EBITDA ajustado*	22.393	21.777	-2,8%
Margem do EBITDA ajustado (%)	54,8%	51,5%	-6,1%
Eficiência (Gastos Operacionais**/EBITDA ajustado)	0,8	0,9	15,2%
Resultados Líquidos (mil. euros)	13.316	11.800	-11,4%
ROACE (%)	5,5%	4,7%	-14,4%
Autonomia Financeira	70,8%	72,0%	1,7%
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	20	17	-15,0%

EBITDA ajustado* = EBITDA descontado das amortizações de subsídios e do reconhecimento de rendimentos relativos aos bens reversíveis das concessões
Gastos Operacionais** = CMVMC + FSE + Gastos com o Pessoal + Outros gastos e perdas

O Volume de Negócios atingirá 42,3 milhões de euros, significando um crescimento de 3,6% face a 2014. Este crescimento está em linha com o aumento da atividade mas apresenta uma variação inferior já que o aumento da atividade não tem uma repercussão proporcional no aumento das receitas em virtude do acréscimo de isenções ou bonificações obtidas pelos clientes e da renda fixa que constitui parte significativa dos rendimentos das concessões.

Por sua vez, o cash-flow operacional (EBITDA ajustado) atingirá cerca de 21,8 milhões de euros, decrescendo quase 3% em virtude da menor eficiência de exploração inerente aos portos do Algarve, agravada no ano em questão com as grandes necessidades de intervenção em matéria de conservação/reparação e consequente aumento dos gastos operacionais. A margem do EBITDA (ajustado) deverá fixar-se nos 51,5% por comparação com os 54,8% do exercício de 2014.

O Resultado Líquido irá decrescer de forma significativa em 2015, fixando-se em 11,8 milhões de euros, pelas razões referidas relativamente ao EBITDA acrescidas do efeito da imparidade dos AFT do Algarve e do efeito negativo dessa unidade de negócio sobre o EBITDA, dado que os gastos operacionais são superiores às receitas operacionais. Tem também impacto significativo no resultado, a consideração como custo do exercício da comparticipação de 900 mil euros decorrente do protocolo assinado com a Polis Ría Formosa para financiamento da contrapartida nacional das intervenções a efetuar na envolvente do porto de Faro.

O indicador de eficiência aumentará o seu valor para 0,9, quando em 2014 era de 0,8, significando, assim, um maior peso dos gastos operacionais comparativamente aos meios gerados pela atividade da empresa.

Sines, 17 de Julho de 2015

O Conselho de Administração,

João Paulo Farinha Franco
Presidente

Eduardo Carvalho Ramos Bandeira
Vogal

José Pedro da Silva Soares
Vogal

ANEXO 1. PLANO DE INVESTIMENTOS PLURIANUAL

DESIGNAÇÃO	TIPO DE INVESTIMENTO	INVESTIMENTO (valores em €)					COBERTURA FINANCEIRA DO INVESTIMENTO (valores em €)							
		ANOS ANTERIORES	2015	2016	2017	ANOS SEGUINTE S	2015		2016		2017		ANOS SEGUINTE S	
							FUNDOS PRÓPRIOS	FUNDOS COMUNITARIOS	FUNDOS PRÓPRIOS	FUNDOS COMUNITARIOS	FUNDOS PRÓPRIOS	FUNDOS COMUNITARIOS	FUNDOS PRÓPRIOS	FUNDOS COMUNITARIOS
1	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	-	16.800.000	5.800.000	4.200.000	3.200.000	15.345.000	1.455.000	4.575.000	1.225.000	2.650.000	1.550.000	1.600.000	1.600.000
1.1	MODERNIZAÇÃO DA REDE DE ÁGUAS E SANEAMENTO	OTIM.RECURSOS	N.A.	200.000	300.000	150.000	0	200.000	0	300.000	0	150.000	0	0
1.2	REGULARIZAÇÃO DE FUNDOS NA BACIA JUNTO TERMINAL XXI	PETI 3+ / MELHORIA OPER.	0	12.000.000	0	0	12.000.000	0	0	0	0	0	0	0
1.3	RECUPERAÇÃO PAISAGÍSTICA PEDREIRA	AMBIENTE	N.A.	150.000	500.000	750.000	0	150.000	0	500.000	0	750.000	0	0
1.4	ORDENAMENTO DA ÁREA DE JURISDIÇÃO	MELHORIA OPER.	N.A.	150.000	1.000.000	0	0	150.000	0	1.000.000	0	0	0	0
1.5	INTERVENÇÕES NO PORTO DE RECREIO E CLUBE NÁUTICO	MELHORIA OPER.	0	170.000	400.000	200.000	0	170.000	0	400.000	0	200.000	0	0
1.6	INTERVENÇÃO NO PORTO DE SERVIÇOS	MELHORIA OPER.	0	150.000	1.050.000	0	0	150.000	0	1.050.000	0	0	0	0
1.7	CAIS DE CARGA DO TMS	MELHORIA OPER.	0	50.000	100.000	0	0	50.000	0	100.000	0	0	0	0
1.8	AMPLIAÇÃO/MELHORAM. DE INFRAESTRUTURAS TERRESTRES E EDIFÍCIOS	MELHORIA OPER.	N.A.	1.465.000	450.000	200.000	0	962.500	502.500	225.000	225.000	100.000	100.000	0
1.9	EDIFÍCIO PARA A AUTORIDADE ADUANEIRA - SINES	MELHORIA OPER.	0	550.000	0	0	0	550.000	0	0	0	0	0	0
1.10	MOLHE DA BARRA FARO/OLHÃO	PETI 3+ / MELHORIA OPER.	0	500.000	1.000.000	0	0	250.000	250.000	500.000	500.000	0	0	0
1.11	DRAGAGEM DO CANAL DE ENTRADA DE PORTIMÃO	PETI 3+ / MELHORIA OPER.	0	150.000	200.000	1.500.000	3.200.000	75.000	75.000	100.000	100.000	750.000	750.000	1.600.000
1.12	MOLHES DE ENTRADA DE PORTIMÃO	PETI 3+ / MELHORIA OPER.	0	150.000	0	1.000.000	0	75.000	75.000	0	0	500.000	500.000	0
1.13	MELHORIAS NOS CAIS DE FARO E PORTIMÃO	PETI 3+ / MELHORIA OPER.	0	1.100.000	800.000	400.000	0	550.000	550.000	400.000	400.000	200.000	200.000	0
1.14	OUTROS - EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	MELHORIA OPER.	N.A.	15.000	0	0	0	12.500	2.500	0	0	0	0	0
2	EQUIPAMENTO BÁSICO	-	5.160.000	5.125.000	6.850.000	0	4.247.500	912.500	4.750.000	375.000	6.475.000	375.000	0	0
2.1	RAMAL FERROVIÁRIO TXXI - MODERNIZAÇÃO SINALIZAÇÃO FERROVIÁRIA	MELHORIA OPER.	0	200.000	1.000.000	0	0	200.000	0	1.000.000	0	0	0	0
2.2	SUBSTITUIÇÃO REDE DE DISTRIBUIÇÃO A 15KV NA ÁREA DO TGLS	SUBSTITUIÇÃO	0	0	100.000	100.000	0	0	100.000	0	100.000	0	0	0
2.3	MODERNIZAÇÃO DOS PT 1 E 13 E EXECUÇÃO REDE DE ANEL 15KV PARA O PT13	MELHORIA OPER.	0	200.000	175.000	0	0	200.000	0	175.000	0	0	0	0
2.4	MODERNIZAÇÃO SISTEMA DE TELEGESTÃO DA REDE DE MÉDIA TENSÃO	OTIM.RECURSOS	0	50.000	0	0	0	50.000	0	0	0	0	0	0
2.5	MELHORAMENTO E AMPLIAÇÃO REDE ELECTRICA DE MÉDIA TENSÃO	MELHORIA OPER.	0	800.000	2.000.000	5.000.000	0	800.000	0	2.000.000	0	5.000.000	0	0
2.6	SISTEMAS DE TELECONTAGEM DE ENERGIA	OTIM.RECURSOS	0	25.000	0	0	0	25.000	0	0	0	0	0	0
2.7	ENERGIAS RENOVÁVEIS E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	OTIM.RECURSOS	0	800.000	600.000	600.000	0	800.000	0	600.000	0	600.000	0	0

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

2015

DESIGNAÇÃO	TIPO DE INVESTIMENTO	INVESTIMENTO (valores em €)					COBERTURA FINANCEIRA DO INVESTIMENTO (valores em €)							
		ANOS ANTERIORES	2015	2016	2017	ANOS SEQUINTE	2015		2016		2017		ANOS SEQUINTE	
							FUNDOS PRÓPRIOS	FUNDOS COMUNITÁRIOS	FUNDOS PRÓPRIOS	FUNDOS COMUNITÁRIOS	FUNDOS PRÓPRIOS	FUNDOS COMUNITÁRIOS		
2.8	NOVAS INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS	MELHORIA OPER.	0	75.000	0	0	75.000	0	0	0	0	0	0	0
2.9	SISTEMAS DE AVAC	OTIM.RECURSOS	0	400.000	100.000	50.000	400.000	0	100.000	0	50.000	0	0	0
2.10	UPGRADE DO SOFTWARE DO CARTÃO ÚNICO PORTUÁRIO	SEGURANÇA	0	40.000	0	0	20.000	20.000	0	0	0	0	0	0
2.11	DESENVOLVIM. SISTEMAS INFORMAÇÃO E INFRAESTRUTURAS TECNOLÓGICAS	MELHORIA OPER.	N.A.	1.200.000	750.000	750.000	0	900.000	300.000	375.000	375.000	375.000	375.000	0
2.12	CILSIBA - EXTENSÃO JUL À PLATAFORMA DE BADAJOZ	SETORIAL	0	100.000	150.000	100.000	0	50.000	50.000	150.000	0	100.000	0	0
2.13	IMPLEMENT. CONTROLO ACESSO E MELHORIA DATACENTERS FARO E PORTIMÃO	SEGURANÇA/MELHORIA OPER.	0	360.000	0	0	180.000	180.000	0	0	0	0	0	0
2.14	EXTENSÃO DO SIST. SUPERVISÃO PORTUÁRIA - FARO E PORTIMÃO	SEGURANÇA	0	200.000	0	0	100.000	100.000	0	0	0	0	0	0
2.15	AQUISIÇÃO E INSTAL. SCANNER – TERMINAL DE PASSAGEIROS DE PORTIMÃO	SEGURANÇA	0	100.000	0	0	50.000	50.000	0	0	0	0	0	0
2.16	EQUIP.DIVERSOS PREVENÇÃO E COMBATE A ACIDENTES EM SINES E NO ALGARVE	AMBIENTE	N.A.	595.000	250.000	250.000	0	382.500	212.500	250.000	0	250.000	0	0
2.17	OUTROS - EQUIPAMENTO BÁSICO	MELHORIA OPER.	N.A.	15.000	0	0	15.000	0	0	0	0	0	0	0
3	EQUIPAMENTO TRANSPORTE		-	100.000	100.000	100.000	0	100.000	0	100.000	0	100.000	0	0
3.1.	AQUISIÇÃO DE VIATURAS	SUBSTITUIÇÃO	N.A.	100.000	100.000	100.000	0	100.000	0	100.000	0	100.000	0	0
4	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		-	100.000	100.000	100.000	0	100.000	0	100.000	0	100.000	0	0
4.1.	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO DIVERSO	SUBSTITUIÇÃO	N.A.	100.000	100.000	100.000	0	100.000	0	100.000	0	100.000	0	0
5	IMOBILIZADO INTANGÍVEL		-	655.000	395.000	395.000	0	422.500	232.500	197.500	197.500	197.500	197.500	0
5.1	PROJETO ANNA - PARTE APS	SETORIAL	0	70.000	0	0	35.000	35.000	0	0	0	0	0	0
5.2	EVOLUÇÃO SISTEMAS GESTÃO OPERACIONAL PORTUÁRIA E LOGÍSTICA - PARTE APS	SETORIAL	0	395.000	395.000	395.000	0	197.500	197.500	197.500	197.500	197.500	197.500	0
5.3	DESENVOLVIMENTO DE NOVO PLANO ESTRATÉGICO	OTIM.RECURSOS	0	190.000	0	0	190.000	0	0	0	0	0	0	0
6	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO PLURIENAL		-	85.000	80.000	55.000	0	85.000	0	80.000	0	55.000	0	0
6.1	DOCAGEM DE LANCHAS E SKIMMERS	SEGURANÇA	N.A.	85.000	80.000	55.000	0	85.000	0	80.000	0	55.000	0	0
TOTAL			-	22.900.000	11.600.000	11.700.000	3.200.000	20.300.000	2.600.000	9.802.500	1.797.500	9.577.500	2.122.500	1.600.000

Notas – Tipo de Investimento:

AMBIENTE – investimentos de recuperação ambiental ou prevenção de incidentes com potenciais repercussão para o ambiente, pessoas ou equipamentos (safety)

MELHORIA OPER. – investimentos destinados a melhorar as condições de operacionalidade da empresa e dos portos, com repercussão direta ou indireta sobre o volume de negócios ou sobre a diminuição de custos

OTIM. RECURSOS – investimentos destinados a diminuir o consumo dos recursos necessários à atividade da empresa, nomeadamente utilidades como água ou eletricidade

PETI 3+ - investimentos incluídos no Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas PETI 3+

SEGURANÇA – investimentos no domínio da segurança portuária (security)

SETORIAL – Participação em investimentos conjuntos com outras administrações portuárias ou entidades públicas do sector

SUBSTITUIÇÃO – investimentos de substituição de equipamentos operacionais ou administrativos

- Não aplicável (N.A.) - face à natureza das rubricas em questão, podendo existir investimento da mesma natureza em anos anteriores, o mesmo não se enquadra no projeto específico inscrito neste Plano

- Na coluna anos seguintes apenas são indicados os valores previstos para projetos específicos com início em anos anteriores

ANEXO 2. ORÇAMENTO DE GASTOS 2015

-euros-

CONTA	DESIGNAÇÃO	2014 (realizado)	2015 (orçamento)
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1.864.003	2.130.000
6121100000	Material de uso corrente	25.485	30.000
6121400000	Eletricidade	1.838.518	2.100.000
62	Fornecimentos e serviços externos	4.275.397	5.161.500
6221000000	Trabalhos especializados	690.022	940.000
6222000000	Publicidade e Propaganda - Serviços especializados	229.876	211.000
6223000000	Vigilância e segurança - Serviços especializados	262.805	335.000
6224000000	Honorários - Serviços especializados	38.631	53.000
6225000000	Comissões - Serviços especializados	3.532	3.000
6226100000	Serviços de Conservação e Reparação DIO	743.377	700.000
6226200000	Serviços de Conservação e Reparação DFE	96.423	110.000
6226300000	Serviços de Conservação e Reparação DSC	18.205	25.500
6226400000	Serviços de Conservação e Reparação	168.501	226.000
6226500000	Manutenção de Software e Hardware	364.582	500.000
6226600000	Serviços de Mergulhador	15.536	35.000
6227100000	Serviços Especializados Bancários	38.988	30.000
6228000000	Outros serviços especializados	0	1.000
6231000000	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	35.793	40.000
6232000000	Livros e documentação técnica	4.994	9.000
6233000000	Material de escritório	10.780	10.000
6234000000	Artigos para oferta	15.286	15.000
6238000000	Material de Conservação e Reparação	69.078	75.000
6241000000	Eletricidade	283.970	350.000
6242100000	Gasolina	4.387	5.000
6242200000	Gasóleo	197.284	240.000
6243000000	Água	166.635	230.000
6248000000	Outros Combustíveis	15.348	15.000
6251000000	Deslocações e estadas	42.967	75.000
6252000000	Transportes de pessoal	114.314	120.000
6253000000	Transportes de mercadorias	13	0
6254000000	Deslocações, estadas e transportes - Portagens	14.974	16.000
6255000000	Desl. Estacionamento	1.378	2.000
6258000000	Deslocações, estadas e transportes - Convidados APS	2.261	3.000
6261000000	Rendas e alugueres	14.131	60.000
6262000000	Comunicação	83.714	100.000
6263000000	Seguros	120.431	123.000
6264000000	Royalties	0	0
6265000000	Contencioso e Notariado	1.072	2.000
6266000000	Despesas de representação	32.679	34.000
6267100000	Limpeza Higiene e Conforto	243.962	309.000
6267200000	Limpezas Industriais	59.362	59.000
6268000000	Outros serviços	70.107	100.000
63	Gastos com o pessoal	9.238.297	10.334.500
631	Remunerações dos órgãos sociais	263.504	273.000
6311100000	Conselho de Administração	139.634	145.000
6311200000	Remuneração 14ª Prestação OS	16.192	15.000
6311300000	Subsídio de Natal OS	14.107	15.000
6311400000	Ajudas de Custo OS	3.752	3.000

6311500000	Despesa Fixa de Representação	54.295	58.000
6311600000	Assembleia Geral	375	1.000
6311700000	Conselho Fiscal	32.144	32.500
6311900000	Subsídio de Alimentação	3.005	3.500
632	<i>Remunerações do pessoal</i>	6.567.314	7.475.000
6321100000	Remuneração Base	3.814.959	4.296.000
6321200000	Diferencial de Vencimento	0	44.000
6321300000	Horas Extraordinárias	0	31.000
6321400000	Subsídio de Turno	371.286	385.000
6321700000	Subsídio de Isenção de Horário de Trabalho	982.937	1.150.000
6321800000	Subsídio de Férias Funcionários	411.148	392.000
6321900000	Subsídio de Natal Funcionários	342.043	392.000
6322000000	Ajudas de Custo	6.747	9.000
6322200000	Subsídio de Alimentação	305.521	390.000
6322300000	Abono P/Falhas	4.303	6.000
6322400000	Subsídio Compensatório Trb/Tur	116.392	120.000
6322500000	Encargos C/Férias	0	0
6322700000	Subsídio Chefia I e II	12.947	15.500
6322800000	Trabalho Sábado Domingo e Feriado	164.847	206.000
6322900000	Subsídio de Transporte	377	500
6323200000	Despesa de Representação de Chefias	31.337	30.500
6323300000	Utilização viatura colaborador	2.470	7.500
6323400000	Gastos com colaboradores Reembolso Antecessores		
633	<i>Benefícios pós-emprego</i>	48.617	15.000
6332100000	Pensão Transitória de Aposentação	48.617	15.000
635	<i>Encargos sobre remunerações</i>	1.617.064	1.778.500
6351100000	Encargos Remunerações TSU Órgãos Sociais	35.842	37.000
6351200000	Encargos Remunerações CGA Órgãos Sociais	7.129	17.000
6351300000	Encargo Com ADSE Órgãos Sociais	0	0
6352100000	Encargos Remunerações TSU Funcionários	506.287	592.000
6352200000	Encargos Remunerações CGA Funcionários	1.021.381	1.132.500
6352300000	Encargo Com ADSE Funcionários	46.425	0
636	<i>Seguros de Acidentes no trabalho e Doenças profissionais</i>	59.425	60.000
6361000000	Seguros de Acidentes no trabalho e Doenças profissionais	59.425	60.000
637	<i>Gastos de ação social</i>	219.808	382.000
6371030000	Assistência na Saúde Órgãos Sociais	0	2.000
6371080000	Medicina no Trabalho-Meios de Diagnóstico Órgãos Sociais	8	500
6371090000	Subs. Fam. Crianças e Jovens Órgãos Sociais	2.323	3.500
6372020000	Subsídio de Aleitação Colaboradores	700	5.000
6372030000	Auxílio para Estudos Colaboradores	58.571	136.500
6372040000	Auxílio na Infância Colaboradores	38.205	58.000
6372060000	Assistência na Saúde Colaboradores	16.015	73.500
6372090000	Medicamentos Colaboradores	576	2.500
6372110000	Medicina no Trabalho-Meios de Diagnóstico Colaboradores	6.322	16.000
6372120000	Proteção Parental	4.933	2.500
6373100000	Pensões Vitalícias (Estudo Atuarial)	15.548	10.000
6373200000	Subsídio por Morte e Funeral (Estudo Atuarial)	274	1.000
6373300000	Custos de ação social (Estudo Atuarial)	76.332	71.000
638	<i>Outros gastos com o pessoal</i>	194.276	351.000
6381010000	Formação de Org. Soc	11.505	12.000
6381020000	Formação de Pessoal	30.255	88.000
6381030000	Refeições	0	0
6381060000	Encargos C/Festa de Natal	11.611	15.000

6381070000	Gastos C/Recrutamento de Pessoal	200	1.000
6381080000	Fardamento Equip. Proteção Pessoal	1.450	12.000
6381090000	Aniversario APS	33.486	35.000
6381110000	Outras Despesas Pessoal	2.625	11.000
6381120000	Seguros de Acidentes Pessoais	18.102	25.000
6381130000	Seguros Saúde Contrato Individual Trabalho	45.906	48.000
6381150000	Estágios Profissionais	39.136	90.000
6381170000	Ações de SST	0	14.000
64	Gastos de depreciação e de amortização	15.868.531	17.045.000
6411200000	Gastos Dep. Prop.Invest. Edifícios e outras construções	1.839	2.000
6421200000	Gastos Dep. AF Tangível Edifícios e Outras Construções	11.343.373	12.051.000
6421300000	Gastos Dep. AF Tangível Equipamento Básico	930.168	1.228.000
6421400000	Gastos Dep. AF Tangível Equipamento de Transporte	177.736	206.000
6421500000	Gastos Dep. AF Tangível Equipamento Administrativo	201.045	227.000
6421600000	Gastos Dep. AF Tangível Outros	21.404	44.000
6424325555	Gastos Dep. ATF Conces.	1.299.874	1.324.000
6431100000	Gast.Amort Ativos intangíveis - Projetos de desenvolvimento	15.822	26.000
6431200000	Gast.Amort Ativos intangíveis - Programas de computador	385.715	397.000
6434451555	Gast. Depreciação Ativos Intangíveis Concessões Públicas	1.491.555	1.540.000
65	Perdas por imparidade	986.762	1.955.000
6511100000	Perdas por Imparidade Clientes - Critério Fiscal	138.563	0
6511200000	Perdas por Imparidade Clientes - Dif. Crit. Economi	820.490	0
6551000000	Perdas por Imparidade em ativos fixos tangíveis	27.709	1.955.000
67	Provisões do período	156.832	157.000
6781200000	Prov.Rec. P. Pedreira	156.832	157.000
68	Outros gastos e perdas	2.964.976	2.921.000
6811200000	Imposto S/Transportes Rodoviários	6.907	10.000
6811300000	Taxas	22.572	25.000
6811700000	IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis	39.038	45.000
6811800000	IMI - Imposto Municipal Tr.Imo	2.403	3.000
6813100000	Taxa Instituto Portuário Transportes Marítimos	1.748.202	1.775.000
6831000000	Dívidas incobráveis	951	0
6842000000	Quebras em Existências	90.707	0
6848000000	Ajustes de Compras	9	0
6881100000	Custos Exercícios Anteriores Imprevisíveis	83	0
6881200000	Relat. Fornecimentos Externos	12.907	0
6882010000	Donativos	0	103.000
6882020000	Donativos - Mecenato Social	48.058	0
6882030000	Donativos - Mecenato Cultural	17.100	0
6882040000	Donativos - Mecenato Ambiental	2.700	0
6882050000	Donativos - Mecenato Científico	11.250	0
6882060000	Donativos - Mecenato Desportivo	63.585	0
6882070000	Donativos - Mecenato Educacional	1.800	0
6883000000	Quotizações	67.598	60.000
6888020000	Multas não Fiscais	783	0
6888040000	Penalidades Contratuais - Outras	776.164	900.000
6888060000	Arredondamento	3	0
6888070000	Despesas Sem Documentos Normalizados	146	0
6888080000	Outros não Especificados	52.009	0
69	Gastos e perdas de financiamento	223	0
6918100000	Juros de Mora	0	0
6928000000	Dif. Câmbio desfavoráveis - Outras	223	0
TOTAL		35.355.021	39.704.000

ANEXO 3. ORÇAMENTO DE RENDIMENTOS

-euros-

CONTA	DESIGNAÇÃO	2014 (realizado)	2015 (orçamento)
71	Vendas (eletricidade)	2.498.487	2.800.000
72	Prestações de serviços	38.349.468	39.520.000
7211010000	TUP - Tarifa Uso do Porto/Navio	11.914.382	13.329.000
7211020000	Tarifa de Pilotagem	3.571.207	3.987.000
7211030000	Tarifa de Armazenagem	17.178	28.000
7211040000	Uso de Equipamento	33.189	48.000
7211050000	Fornecimentos e Serviços	1.187.412	333.000
7211060000	Fornecimento de Energia Elétrica	5.321	12.000
7211070000	Recolha e tratamento de resíduos e Efluentes	7.455	12.000
7211080000	Concessões	19.824.981	19.895.000
7211090000	Licenciamentos	1.410.463	1.451.000
7211100000	Náutica Recreio	204.817	214.000
7211110000	Proveitos ZAL Sines	142.567	150.000
7211120000	Taxa Tráfego Passageiros	25.707	58.000
7251020000	Telefones, Combustíveis e Outros Tx. M	4.789	3.000
75	Subsídio à exploração	30.640	82.000
7511100000	Formação Profissional	30.640	82.000
76	Reversões	1.606.033	1.735.000
7621110000	Reversão Ajust. de Clientes Crit. Fiscal	31.664	0
7621120000	Reversão Ajust. de Clientes Crit. Economico	724.408	0
7625000000	Reversão Imparidades Ativos Tangi.	848.890	1.735.000
7638000000	Rever. Prov. Out. Prov	1.071	0
78	Outros rendimentos e ganhos	11.156.341	11.796.000
7816200000	Benefícios de Penalidades Contratuais	2.031	0
7816300000	Out. Rend. Suplementares Juros de Mora	70.070	25.000
7831000000	Recuperação de dívidas a receber	23.203	0
7842000000	Ganhos em inventários - Sobras	33	0
7848000000	Outros Ganhos em inventários	1	0
7871000000	Alienações At. Fixo	19.696	0
7872000000	Sinistros - Imobilizado	13.351	0
7872010000	Sinistros - Pessoal	1.606	2.000
7878000000	Outros Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	5	0
7881000000	Outras Correções relativas a períodos anteriores	365	0
7881100000	CREA Relativas FSE	33.766	0
7882000000	CREA Impostos	2.609	0
7883000000	Imputação de subsídios para investimentos	6.344.214	6.993.000
7885000000	Restituição de impostos	4.006	0
7886000000	Indemnização da REFER relativa ao bem 11614	1.749	2.000
7886432555	Imputação rendimentos bens tangíveis concessões publicas	3.051.870	3.132.000
7886445155	Imputação rendimentos bens intangíveis concessões publicas	1.578.380	1.642.000
7888000000	Arredondamentos a nosso favor	1	0
7889000000	Outros Rendim.n/esp.	9.387	0
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	44.932	100.000
7911100000	Juros de Depósitos à Ordem	216	0
7911200000	Juros de Depósitos a Prazo	10.295	50.000
7928000000	Dividendos obtidos - Outros	34.421	50.000
TOTAL		53.685.902	56.033.000



ANEXO 4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS

4.1. BALANÇO PREVISIONAL

4.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL

4.3. DEMONSTRAÇÃO PREVISIONAL DE FLUXOS DE CAIXA

-mil. euros-

ANEXO 4.1. BALANÇO PREVISIONAL	2014 (realizado)	2015 (orçamento)
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	355.256	363.225
Ativos fixos tangíveis - bens reversíveis	56.602	55.278
Propriedades de investimento	72	70
Ativos intangíveis	835	1.067
Ativos intangíveis - bens reversíveis	24.377	22.837
Outros ativos financeiros	434	434
Ativos por impostos diferidos	11.628	11.391
	449.205	454.303
Ativo corrente		
Inventários	341	341
Clientes	9.829	10.454
Adiantamentos a fornecedores	1	1
Estado e outros entes públicos	110	0
Outras contas a receber	1.510	1.510
Diferimentos	615	596
Caixa e depósitos bancários	26.803	20.264
	39.209	33.165
Total do ativo	488.413	487.468
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital próprio		
Capital realizado	80.000	80.000
Outros instrumentos de capital próprio	4.500	4.500
Reservas legais	6.239	7.571
Reserva indisponível - Bens reversíveis	9.002	10.359
Reserva indisponível - Integração dos portos do Algarve	10.563	10.563
Outras reservas	51.434	58.342
Resultados transitados	2.470	2.470
Outras variações no capital próprio	168.237	165.233
Resultado líquido do período	13.316	11.800
Total do capital próprio	345.762	350.838
Passivo		
Passivo não corrente		
Provisões	1.691	1.430
Financiamentos obtidos	0	0
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	2.470	2.420
Passivos por impostos diferidos	3.574	4.043
Bens reversíveis - Rendimentos a reconhecer	59.999	55.225
Outras contas a pagar	60.493	59.374
	128.228	122.492
Passivo corrente		
Fornecedores	731	720
Estado e outros entes públicos	1.219	1.123
Financiamentos obtidos	0	0
Outras contas a pagar	5.195	5.016
Diferimentos	7.279	7.279
	14.424	14.137
Total do passivo	142.651	136.629
Total do capital próprio e do passivo	488.413	487.468

- mil. euros -

ANEXO 4.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL	2014 (realizado)	2015 (orçamento)	var.% 2015/2014
Vendas e serviços prestados	40.848	42.320	3,6%
Subsídios à exploração	31	82	167,6%
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	34	50	45,3%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-1.864	-2.130	14,3%
Fornecimentos e serviços externos	-4.275	-5.162	20,7%
Gastos com o pessoal	-9.238	-10.335	11,9%
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	-203	0	100,0%
Provisões (aumentos / reduções)	-156	-157	0,8%
Outros rendimentos e ganhos	11.156	11.796	5,7%
Outros gastos e perdas	-2.965	-2.921	1,5%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	33.368	33.544	0,5%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-15.869	-17.045	7,4%
Imparidade de investimentos depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)	821	-220	126,8%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	18.320	16.279	-11,1%
Juros e rendimentos similares obtidos	11	50	375,7%
Resultado antes de impostos	18.331	16.329	-10,9%
Imposto sobre o rendimento do período	-5.015	-4.529	9,7%
Resultado líquido do período	13.316	11.800	-11,4%

-mil. euros -

ANEXO 4.3. DEMONSTRAÇÃO PREVISIONAL DE FLUXOS DE CAIXA	2014 (realizado)	2015 (orçamento)	Notas explicativas
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de clientes	45.997	41.714	Considerando o recebimento do saldo de clientes no final de 2014, exceptuando os de cobrança duvidosa, e um prazo médio de recebimentos de 90 dias para as vendas e prestações de serviços de 2015.
Pagamentos a fornecedores	-7.936	-7.303	Considerando o pagamento do saldo de fornecedores c/c no final de 2014 e um prazo médio de pagamentos de 17 dias para o CMVC e FSE de 2015
Pagamentos ao pessoal	-9.316	-10.803	Considerando o pagamento integral das remunerações, abonos e encargos, bem como outras despesas consideradas de pessoal no exercício em questão.
Caixa gerada pelas operações	28.745	23.608	
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-4.937	-3.809	Consideram-se os pagamentos por conta, pagamento adicional por conta e autoliquidação de IRC
Outros recebimentos/pagamentos	-6.922	-2.113	Saldo das restantes rubricas de rendimentos e gastos com tradução monetária, considerando o pagamento ou recebimento no mesmo exercício da sua contabilização.
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	16.887	17.686	
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	1.963	23.206	Considerando o pagamento do saldo de fornecedores de imobilizado no final de 2014 e um prazo médio de pagamentos de 17 dias para os investimentos de 2015
Ativos intangíveis	753	0	
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	22	0	
Subsídios ao investimento	0	2.600	Recebimento no exercício dos subsídios previstos nas fontes de financiamento do Plano de Investimentos 2015
Juros e rendimentos similares	1	50	Previsão de juros a receber relativos a aplicações CEDIC/IGCP
Dividendos	34	50	Previsão de dividendos a pagar no exercício pelas empresas participadas, referentes aos resultados de 2014.
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-2.659	-20.506	
<u>Fluxos de caixa das atividade de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares	0	0	
Dividendos	3.388	3.720	Previsão de dividendos a pagar no exercício ao acionista Estado em função do RL da empresa em 2014
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-3.388	-3.720	
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	10.839	-6.539	
Caixa e seus equivalentes no início do período	15.964	26.803	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	26.803	20.264	





PARECER DO CONSELHO FISCAL

SOBRE

O PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA
2015

DA

A.P.S. – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.

1. Introdução

Em cumprimento do estabelecido na alínea c) do artigo 16.º dos Estatutos da APS. - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 337/98, de 3 de novembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.ºs 334/2001, de 24 de dezembro, 46/2002, de 2 de março, 95/2010, de 29 de julho e 44/2014, de 20 de março, conjugado com as alterações aprovadas na Assembleia Geral realizada em 18 de abril de 2008 e com a alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), o Conselho Fiscal emite o seu parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento para 2015, apresentado pelo Conselho de Administração.

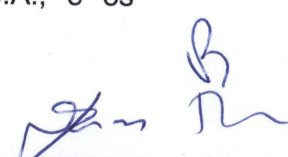
Pelo Decreto-Lei n.º 44/2014, de 20 de março, foram alterados os Estatutos da A.P.S., S.A. aprovados pelo mencionado Decreto-Lei n.º 337/98, passando assim a ter por objeto a administração dos portos de Sines, de Faro e de Portimão.

O Plano de Atividades e Orçamento para 2015 tem por referência as indicações transmitidas no ofício circular 11157, de 2 de dezembro de 2014, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

Importa referir desde já que no Plano de Atividades e no Orçamento para o ano 2014 aprovados na Assembleia-Geral da A.P.S., S.A., realizada em 30 de junho de 2014, não se vieram a refletir as mencionadas alterações decorrentes do previsto no Decreto-Lei n.º 44/2014, tendo, contudo, a este propósito o acionista emitido a seguinte deliberação:

“Deverá ser apresentado um plano de atividades e de investimentos autónomo relativamente aos portos do Algarve e um orçamento consolidado com o respetivo impacto financeiro no orçamento agora aprovado, com a desagregação entre porto de Sines e portos do Algarve....”

Neste âmbito, refere-se que o processo de avaliação de bens e direitos, previsto no artigo 10.º do mesmo diploma legal, só veio a estar concluído no decurso do 1.º trimestre de 2015, não tendo ainda sido objeto do despacho conjunto a que se refere o mesmo artigo e que por despacho conjunto do Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações e da Senhora de Ministra da Agricultura e do Mar, datado de 1 de julho de 2014, foi autorizada a celebração e os termos de acordos de cedência de interesse público entre o IPTM, a A.P.S., S.A., e os trabalhadores.



Em complemento destes procedimentos, foi considerado imprescindível a realização da avaliação da rentabilidade financeira do negócio dos Portos do Algarve, por forma a permitir o registo pelo justo valor dos respetivos bens patrimoniais, tendo sido concluído que nas atuais condições de exploração o Valor de Uso dos mesmos é negativo, o que implicou o registo em 2014 de uma imparidade de igual valor.

Para a emissão do presente Parecer o Conselho Fiscal teve por base a análise efetuada ao referido Plano de Atividades e Orçamento, assim como o correspondente Relatório do Revisor Oficial de Contas.

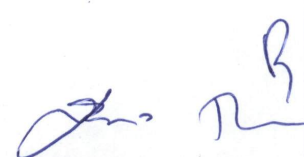
2. Análise do Plano de Atividades e Orçamento para 2015 proposto pelo Conselho de Administração

O Plano de Atividades e Orçamento para 2015 tem em vista a consolidação da posição do Porto de Sines no mercado de shipping mundial de contentores, tendo como principal vetor de atuação o crescimento e desenvolvimento do Terminal XXI. Para o efeito é proposta a regularização de fundos na bacia de manobra e de acesso ao Terminal XXI, num valor estimado em 12 milhões de euros o qual representa mais de 50% do investimento que a empresa prevê realizar em 2015.

Igualmente, salienta-se que, face à necessidade de repor as condições de operacionalidade e de segurança necessária ao funcionamento dos Portos do Algarve é proposto efetuar intervenções no montante global de 2,6 milhões de euros, investimentos estes a serem co-financiados por verbas FEDER do Programa Operacional Algarve XXI.

No que se refere aos principais resultados para 2015 são definidos pela Sociedade os seguintes indicadores previsionais:

- Volume de negócios – 41.961 mil euros
- EBITDA – 42.320 mil euros
- EBITDA ajustado – 21.777 mil euros
- Resultados líquidos – 11.800 mil euros





- Movimento de Mercadorias – 41.961 mil toneladas
- Prazo médio de pagamentos – 17 dias
- Plano de investimentos – 22.900 mil euros
- Margem do EBITDA ajustado – 51,5%
- ROACE – 4,7%
- Eficiência (Custos Operacionais/EBITDA ajustado) – 0,9
- Autonomia financeira – 72,0%

Em termos globais o investimento previsto para 2015 é, como foi referido, no montante global de 22.900 mil euros, salientando-se o relativo à regularização de fundos na bacia de manobra do Terminal XXI, no montante de 12 milhões de euros. Neste âmbito, importa salientar, que é indicado que 20,3 milhões de euros será realizado por recurso a auto-financiamento e 2,6 milhões de euros por recurso a verbas do FEDER.

Quanto à movimentação de mercadorias é previsto relativamente ao Porto de Sines um aumento de 10,7 % face ao realizado em 2014, explicado essencialmente pela previsão do crescimento da carga contentorizada em 14,0% e de graneis líquidos em 10,6%, resultante, respetivamente, do desenvolvimento da atividade do terminal de contentores e da previsão de não se verificarem paragens na refinaria de Sines. Neste âmbito, relativamente aos Portos do Algarve, é previsto um decréscimo de 4,6% na movimentação de mercadorias relativamente ao Porto de Faro e um acréscimo de 8,7% no número de escalas de cruzeiros de turismo no Porto de Portimão. Importa, referir que estas estimativas têm por base a informação prestada pelos agentes que operam nos portos.

Prévio a qualquer outra análise, importa aqui recordar que em 2014 os dados resultantes da incorporação dos Portos do Algarve só têm reflexo após 1 de julho, o que dificulta qualquer comparação e que a Sociedade passou a ter atividade em três estabelecimentos diferentes.

Quanto ao EBITDA é de referir que se perspetiva atingir em 2015 o montante de 33.544 mil euros, tendo-se situado em 2014 em 33.368 mil euros, o que representa um acréscimo na ordem de 0,5%, sendo porém que, relativamente ao EBITDA ajustado das amortizações e do reconhecimento de rendimentos relativos aos bens reversíveis

das concessões se perspetiva uma redução de 2,8%, a qual é explicada pelo impacto negativo dos Portos do Algarve uma vez que nestes os gastos operacionais são superiores às receitas operacionais.

As causas para a redução do EBITDA ajustado refletem-se no Resultado líquido, prevendo-se, para 2015, um decréscimo de 11,4% face ao realizado em 2014.

Quanto ao Plano de Redução de Custos, tendo por base a orientação do acionista transmitida no mencionado ofício circular n.º 11157, de 2 de dezembro, e atendendo a que o EBITDA é positivo, salienta-se que se prevê que o peso do agregado Fornecimentos e serviços externos, Custo das mercadorias vendidas e Gastos com o pessoal, excluindo as indemnizações por cessação de funções, no Volume de negócios seja de 41,6% em 2015, tendo esta percentagem sido de 37,6% em 2014, de 38,5% em 2013, de 40,0% em 2012, de 41,5% em 2011 e de 50,6% em 2010.

No que se refere a gastos operacionais, na elaboração dos instrumentos previsionais de gestão para 2015, excluindo nos Gastos com o pessoal as indemnizações por cessação de funções, é apresentado um acréscimo de 13,3% e um decréscimo de 3,6%, quando comparados, respetivamente, os montantes previstos para 2015 com os executados em 2013 e 2010, bem como uma variação negativa de 13,8%, quando comparados estes dados referentes ao ano de 2014 com os do ano de 2010.

Ainda em relação àquelas orientações, há que salientar que o valor orçamentado em 2015 no que se refere ao total das rubricas de despesas com deslocações, ajudas de custo e comunicações, representa um acréscimo de 49.820 euros, embora correspondente a 36,3%, face ao valor gasto em 2014, não cumprindo assim a orientação do acionista. Contudo, estes aumentos são justificados pela necessidade de visitas aos Portos do Algarve e ao exterior, tendo em vista o desenvolvimento da Sociedade e o processo de internacionalização da mesma, bem como a presença em eventos nacionais e internacionais e a aposta no despacho eletrónico de navios e de mercadorias.

Quanto aos gastos com a frota automóvel, e mais concretamente à orientação para a redução do número de veículos do parque automóvel e à revisão das respetivas

[Handwritten signature]

categorias, é referido que se prevê a manutenção do número de 63 viaturas existentes em 2014, embora seja estimada uma redução de 5,1% dos respetivos encargos.

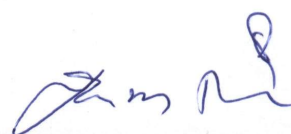
Quanto à evolução do número de efetivos 2011-2015, é indicado que existiam 176 colaboradores em 2011, prevendo a Sociedade para 2015 a manutenção dos 184 colaboradores existentes em 2014, justificada pela integração em 1 de julho do ano anterior de 36 novos trabalhadores afetos aos Portos do Algarve.

Em termos de política remuneratória, a A.P.S., S.A., no que diz respeito aos membros do Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, tanto quanto é do nosso conhecimento, toma em consideração quanto às remunerações o disposto na Lei do OE/2015 e na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, bem como a deliberação da Assembleia Geral de 22 de maio de 2011, sobre a atribuição de qualquer componente variável aos Órgãos Sociais. Quanto aos restantes trabalhadores foram mantidas as orientações resultantes dos despachos dos Senhores Secretário de Estado da Administração Pública n.º 1695/2013, de 5 de junho, e Secretário de Estado das Obras Públicas Transportes e Comunicações, de 7 de junho de 2013, segundo as quais não se aplica aos trabalhadores portuários o disposto no n.º 13 do artigo 27.º da Lei do OE/2013.

No que se refere a endividamento, há que referir que no final de 2014 não existia qualquer endividamento bancário, prevendo-se para 2015, que não seja necessário recorrer à contração de um financiamento aprovado mas não contratualizado, no montante de 15 milhões de euros, ao abrigo do QREN – Empréstimo Quadro BEI, complementar ao financiamento do Fundo de Coesão ao projeto POVT-11-0150-FCOES-000011 – “2ª Fase de Ampliação do Molhe Leste. Salienta-se que a A.P.S., S.A., já obteve parecer favorável da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., às suas condições de financiamento, nomeadamente no que se refere à taxa de juro contratual de 3,901%.

Saliente-se que é ainda previsto um prazo médio de pagamentos de 17 dias, prazo este inferior ao verificado em 2014, de 20 dias.

3. Parecer do Revisor Oficial de Contas



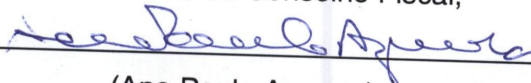
O ROC no seu parecer vai no sentido de que as demonstrações financeiras estão devidamente preparadas, tendo em conta os pressupostos referidos no relatório e as políticas contabilísticas adotadas pela A.P.S., S.A..

4. Parecer do Conselho Fiscal

Em cumprimento do estabelecido na alínea c) do artigo 16.º dos Estatutos da APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A., na redação atual, e tendo em consideração a análise desenvolvida, os esclarecimentos prestados e os elementos disponibilizados, bem como o parecer do ROC, o Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências, é de parecer que seja aprovado o Plano de Atividades e Orçamentos para o ano de 2015, apresentado pelo Conselho de Administração da A.P.S., S.A, recomendando-se que na execução anual seja dado integral cumprimento à legislação em vigor bem como às recomendações do acionista.

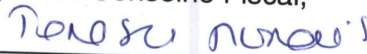
Em 24 julho de 2015

A Presidente do Conselho Fiscal,

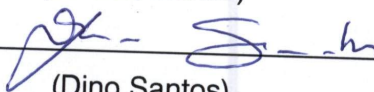


(Ana Paula Azurara)

Os Vogais do Conselho Fiscal,



(Teresa Morais)



(Dino Santos)



Ao Conselho Fiscal da
Administração dos Portos de Sines e do Algarve, SA

Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o Orçamento e Demonstrações Financeiras Previsionais para o exercício de 2015 (revisão de julho de 2015)

Introdução

1 Na sequência da solicitação efetuada pelo Conselho Fiscal da APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, SA (adiante designada por “Empresa” ou “APS”), procedemos à revisão do Orçamento e Demonstrações Financeiras Previsionais para 2015, incluídos no “Plano de Atividades e Orçamento (revisão de julho de 2015)” da APS, que inclui o Balanço Previsional, a Demonstração dos Resultados Previsional e a Demonstração dos Fluxos de Caixa previsionais, bem como os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos ao longo do documento.

Responsabilidades

2 A preparação e apresentação da informação financeira prospetiva, acima referida, é da responsabilidade do Conselho de Administração.

3 Por solicitação do Conselho Fiscal, decorre a nossa responsabilidade de dar um parecer sobre a referida informação financeira com base na revisão efetuada.

Âmbito

4 A nossa revisão foi efetuada de acordo com as recomendações divulgadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e, consequentemente, inclui os procedimentos que tivemos por necessários para avaliar os pressupostos usados e a preparação e a apresentação da informação prospetiva.

Parecer

5 Baseados na nossa revisão dos suportes dos pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que dê lugar a crer que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões de 2015. Em nossa opinião, a informação financeira prospetiva para 2015, foi devidamente preparada com base nos pressupostos e apresentada numa base consistente com as políticas contabilísticas adotadas pela Administração dos Portos de Sines e do Algarve, SA. Dado que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

23 de julho de 2015

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:

José Pereira Alves, R.O.C.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077